

INFORMÁTICA: UM PROJETO COLETIVO

Tania Mara Guedes Botelho
Departamento de Biblioteconomia
Universidade de Brasília
70910 Brasília, DF

Aborda aspectos de avaliação crítica sobre a necessidade de criar um projeto coletivo no setor de Informática. Salienta que os diversos segmentos da sociedade têm uma participação ativa no processo de informatização. Analisa a importância da produtividade e da coesão social como fatores de restabelecimento do equilíbrio interno do País e mostra os principais estágios de desenvolvimento do setor quaternário e quais as suas características.

1. UM ESFORÇO COLETIVO

O Brasil, num esforço coletivo, mobilizou-se para recriar as mais básicas regras de relacionamento, estabelecendo uma nova Constituição. É lícito e desejável que cada brasileiro, individualmente ou representando algum segmento social, por menor que possa parecer, expresse sua opinião e se engaje nesse projeto maior. Queremos que estas observações venham ajudar a sociedade brasileira e, em particular, a comunidade de informática, a emergir consciente e responsável no século XXI, em condições de usar, em seu próprio benefício, os novos espaços abertos pela informatização.

O Brasil está mudando. As normas sociais estabelecidas para regular as relações interpessoais, interinstitucionais e intra-institucionais vêm sofrendo modificações segundo uma taxa muito elevada. E a Informática, associada às telecomunicações — a teleinformática — vem sendo, inegavelmente, o grande catalizador dessas autotransformações sociais.

Entretanto, para uma sociedade que se proponha moderna, pluralista, justa, e acima de tudo, que se proponha a usufruir, em seu próprio proveito, todos os benefícios que a era pós-industrial colocará à sua disposição, não pode postergar o adequado encaminhamento de algumas questões, cuja importância tem sido desvanecida por aspectos secundários, habilmente manipulados.

Como podemos dominar e usar em nosso próprio benefício, com os menores

custos sociais possíveis, a tecnologia da Informática? Como poderá ser efetivada, no plano político-administrativo, a fusão dessas duas tecnologias de ponta (telecomunicações e informática), visto que, no plano tecnológico, já não é mais possível distinguir onde acaba uma e começa a outra? A partir de que promessas deverá a sociedade brasileira conduzir o seu processo de teleinformatização, de modo a garantir sua soberania econômica, política e cultural?

É acerca destas questões que tentaremos estabelecer uma visão crítica, muito mais com o intuito de estimular ações, reflexões e posicionamentos do que com a pretensão de sermos conclusivos em nossa avaliação.

As empresas, ainda sem estrutura, mesmo com a proliferação dos movimentos associativos e sindicais, revelam despreparo para conviver com o diálogo. Negociam pouco e punem as posturas de liderança. As classes dominantes continuam agregadas a práticas no mínimo ultrapassadas. Atitudes reativas se refletem no relacionamento interpessoal, e mesmo empresarial. A maior parte só vai à mesa de negociação em situações de crise ou em épocas inoportunas. Os líderes dos movimentos associativos e sindicais são punidos, seja pelo afastamento, demissão ou suspensão. Apesar das retaliações, a classe dominante tenta passar sua versão sobre os fatos. É preciso que busquemos, através das modificações que a informática propicia, uma democratização das relações de trabalho e o amadurecimento no processo de negociação.

O contato com a comunidade possibilita conhecer as percepções básicas da grande mudança pela qual somos co-responsáveis. No caso do consumidor de informática, temos o despreparo na formação e desenvolvimento dos recursos humanos dentro da realidade brasileira em seus aspectos profundos de identidade cultural e das ações de ensino e pesquisa necessárias ao desenvolvimento da pessoa integral.

Os fatores que julgamos essenciais ao desenvolvimento de uma sociedade em processo crescente de informatização estão baseados nos seguintes fundamentos:

- equalização das percepções acerca da realidade em que nos inserimos, através do diálogo aberto com a comunidade;
- expansão da compreensão acerca dos aspectos da realidade atual, no que se refere às interações originadas pelo contato da sociedade com a informática, principalmente em termos de proteção ao consumidor e reformulação das relações de trabalho;
- estabelecimento de um projeto coletivo que congregue as principais demandas e expectativas da comunidade e viabilize a união de esforços num compromisso lúcido de informatização da sociedade;
- participação no processo de redefinição das relações sociais a serem estabelecidas pela Constituinte, fornecendo subsídios aos constituintes no sentido de resguardar os direitos do cidadão, numa sociedade pluralista, informatizada e mais humana.

O que, realmente, queremos alcançar com esse processo? — Quais os sinais ou marcos que nos alertam para eventuais desvios? — A reserva de mercado para o *hardware* foi concedida e vem sendo mantida, mas como podemos aferir seus reais benefícios para a sociedade como um todo?

É muito difícil procedermos a esta avaliação mais abrangente, principalmente porque não existem metas bem quantificadas e qualificadas que nos permitam fazer comparações e aferir desvios. E continuará sendo extremamente difícil quantificar e qualificar essas metas enquanto não houver um verdadeiro esforço de engajamento consciente, participativo e lúcido por parte da sociedade.

As potencialidades que a teleinformática oferece para solucionar os reais problemas nacionais já abrem espaço para atendermos aplicações de seu uso, através da geração de ganhos de produtividade, em vasto campo de atuação econômica e política.

E o ponto de partida para repensarmos toda a política de teleinformatização (hoje ainda segmentada em duas partes não necessariamente convergentes ou complementares — Política de Informática e Política das Telecomunicações) deve ser o desenvolvimento de uma tecnologia de uso para a teleinformática, de modo a auferirmos os maiores ganhos com os recursos (humanos, financeiros, tecnológicos etc) já disponíveis no País.

Uma das soluções para este estado de coisas é tomar-se às mãos o problema como nosso, lançando um projeto coletivo. Assim como o transistor atingiu locais de distância remota, levando maior desenvolvimento a todo o País, a teleinformática é o transistor do século XXI.

O princípio básico que alicerça nossas convicções é o da força da união, do diálogo e da confiança num novo Brasil. De um lado, temos o projeto identificado por um pensamento e uma realidade comuns. De outro lado, existe a ação e o conhecimento necessários à concretização do objetivo que nos une a todos: a sociedade brasileira atingir, no limiar do século XXI, a sua plenitude sócio-cultural, explorando completamente as potencialidades agora insinuadas pela nascente teleinformatização.

2. O BRASIL NO PROCESSO DE TELEINFORMATIZAÇÃO

Conforme o destino dado à política de austeridade e de reforma institucional, o melhor ou o pior advirá. A forma como evoluirão, nos próximos anos, as relações entre Estado e sociedade civil, e entre setor público e setor privados, será decisiva para o Brasil.

O processo crescente de informatização eclode num momento de profundas mudanças. Devemos adequar, através da informática, maior equilíbrio sobre trocas externas, nível satisfatório de emprego e criação de coesão social. A organização social, com empresas e cidadãos juntos, poderá tornar aceitáveis as disciplinas e as tensões que a busca do restabelecimento das finanças e do desenvolvimento acar-

retam. É preciso gerar o aumento de competitividade acompanhada da estruturação do setor industrial quaternário. Um país industrial pode escolher, em função de seus compromissos, o próprio ritmo de produtividade e de crescimento. Os graus de informatização de atividades do setor terciário da indústria diferem segundo cada empresa. A mutação das técnicas para automatização dos sistemas de produção diminui a distância entre os diversos grupos de empresas nos seus diferentes setores.

Para que o caminho até aqui trilhado tenha chance de sucesso, será preciso que os empresários, os executivos do governo e os órgãos representativos do setor tenham consciência da dimensão da responsabilidade que assumiram perante a Nação.

Estamos convencidos de que os objetivos fixados no setor de informática permeiam, em escala crescente, praticamente todos os setores da atividade humana, revolucionando técnicas de produção e de comércio, a pesquisa científica, os meios de transporte e de comunicações.

O problema do estabelecimento definitivo das empresas nacionais de informática está ligado, hoje, à necessidade de reavaliação dos rumos a serem seguidos em termos globais pelo setor quaternário, cujos diversos segmentos começam a se delinear e a tomar corpo. Essas empresas brasileiras, que ocupam rapidamente o mercado, surgiram em consequência das dificuldades de industrializar e de fazer chegar ao mercado os produtos de projeto nacional. Entretanto, o volume de recursos necessários para a continuação desse desenvolvimento crescerá à proporção que o próprio desenvolvimento nacional se consolidar. E isto quer dizer, claramente, que o setor público e o setor privado devem reexaminar o papel e a responsabilidade social que devem ser assumidos pelas empresas nacionais neste processo.

Cabe ao setor fomentar esse desenvolvimento, através de decisões de transferência de fundos públicos ao setor privado e/ou dedicados à privatização de empresas — mantidos os empregos. Desse modo, o setor público oferece novas aberturas à indústria nacional, transformada em sociedade mista, de gerência privada, arrecadando em troca os impostos decorrentes. Prepara, ainda, o desenvolvimento de produtos adaptados à demanda previsível no mercado internacional. Neste sentido, a evolução pela informática favorece a criação máxima de empregos, pelo mínimo de importações.

A complexidade e rapidez das transformações tecnológicas provocam o aparecimento de conflitos de interesse internos e externos. O processo de aprendizagem até aqui empreendido chega a um ponto de reavaliação, de repensar os rumos, numa ordem econômica que se almeja. Assim, a estratégia da cooperação entre as empresas do setor público e do setor privado com as associações empresariais, industriais, profissionais e científicas se coloca como uma necessidade para a concentração de esforços pelo setor, para a definição de uma força de coesão e vitalidade na disputa democrática por espaço no mercado.

Coloca-se agora um novo marco nesta etapa do processo, com a necessidade de rever a estruturação do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério das Comunicações. O governo tem de visualizar os empreendimentos através de regras de disciplinamento do mercado e, também, da contratação de serviços. O que realmente interessa neste contexto é zelar pelos interesses do capital nacional, no processo de construção da autonomia tecnológica e da reestruturação do poder político.

Existe um espaço relevante e decisivo no cenário político da Informática brasileira, e isto é resultado direto do esforço conjunto que as entidades representativas do segmento de Informática vêm desenvolvendo. Dentro do atual contexto da Nova República, urge a ação de todos estes componentes para a completa emancipação da Informática.

3. ESTÁGIOS DO SETOR QUATERNÁRIO

Estamos ainda falando do primeiro estágio de desenvolvimento da sociedade informatizada, que é a formação das indústrias relacionadas com a informação. Ainda temos o segundo estágio, de formação de outros tipos de indústrias com capacidade instalada de equipamentos de informação (robotização), e o terceiro estágio, que é o desenvolvimento de indústrias de sistemas, quando haverá necessidade de expansão do setor público, para provimento de toda a infra-estrutura da sociedade informatizada. Não será só água, luz, esgotos, mas toda a infra-estrutura eletro-eletrônica e de informação que, por sua vez, provocará uma participação maior do Estado. Por outro lado, haverá maior demanda de participação democrática do cidadão em todas as esferas e uma exigência maior como consumidor de bens. A utilização compartilhada dos bens produzidos também será maior.

A expansão desses estágios levará o ser humano a se preocupar mais com o sentido de auto-realização, e é nesse momento que maiores oportunidades serão demandadas por parte do indivíduo, no sentido de:

- auto-instrução;
- educação continuada;
- modificação;
- escolas formais.

Se de um lado existe a pressão da sociedade, de outro lado o desenvolvimento das indústrias da informação cria condições para a satisfação desta demanda. O ensino se democratiza, expande-se como uma notícia se expandiu com a vinda do transistor no rádio de pilha. As artes são transmitidas para as partes mais longínquas do planeta, a união de público e arte se torna mais intensa e mais participativa. Entretanto, uma vez que se expandem os meios através dos quais atividades rotineiras são feitas por máquinas, começa a sobrar mais tempo para o ser humano se preocupar com o que ele sente e quer. O lazer é que já está surgindo uma maior

demanda e democratização da arte e da cultura. E só olhar em torno e ver a quantidade e qualidade de trabalhos feitos por crianças.

1º Estágio — formação das indústrias relacionadas à informação.

2º Estágio — formação das indústrias com capacidade instalada de equipamentos de informação (Robotização).

3º Estágio — desenvolvimento de indústrias de sistemas.

(a) — expansão do setor público

● maior participação do Estado

● maior consumo social em relação individual

(b) — sistema econômico sinérgico, i.e., utilização compartilhada dos bens produzidos

Não se trata portanto de negociar, mas de recriar um ciclo comum de crescimento e desenvolvimento, em que o objetivo principal é o ser humano e a tecnologia a serviço da sociedade. O Terceiro Mundo, ao qual pertencemos, deseja equipar-se para viver e criar. Não se trata, pois, de negociar, e sim de reconhecer em conjunto as possibilidades para enfrentar a nova realidade. O que cabe a cada um é ver, refletir e decidir-se. Além disso é necessária uma maior participação dos povos nas decisões que envolvem seus destinos.

Comunicação recebida em 13.2.87

Abstract:

Informatics; a collective project

Critical evaluation of the need to create a collective project for Informatics. Stresses the importance of the involvement of all societal groups in the informatization process. Analyses the role of productivity and social cohesion as factors to establish an internal balance. Shows the main stages of the development of the quaternary sector and its characteristics.